



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE**

NÚMERO UM DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Castro Daire e Auditório do Centro Municipal de Cultura, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nos números 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. -----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021. -----

Ponto Três – Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

Ponto Quatro – Constituição, nos termos do disposto no número 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, na sua atual redação, do Júri para Concurso para Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

Ponto Cinco – Eleição de um membro da Assembleia de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores, representados na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Juventude, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo quarto da Lei número 8/2009, de dezoito de Fevereiro, na sua atual redação, observando o disposto no número dois, do artigo quarto do Regulamento Municipal do Conselho Municipal de Juventude de Castro Daire, aprovado em vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

Ponto Seis – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano dois mil e vinte e um, em cumprimento da alínea j), do número dois do artigo 18.º da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei 147/99, na sua atual redação. -----

Monteiro
David
Ponto Sete – Eleição do representante das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação, em cumprimento do disposto na alínea d) do número 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei número 20/2019, de 30 de Janeiro na sua atual redação. -----

Ponto Oito – Alteração ao Decreto-Lei número 55/2020, de 12 de Agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social - Possibilidade de prorrogação do prazo para transferência das competências até um de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

Ponto nove - Aprovação, nos termos do número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando os elementos da Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, todos os membros da Assembleia, funcionários e público presente. Comunicou a ausência do deputado municipal António Luís Fernandes Ferreira, tendo apresentado justificação, informando ainda, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cujó pediu para ser substituído por Delfina Pereirinha. -----

-----**Período de Intervenção do Público em harmonia com o número um, do artigo 49.º, do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro.** -----

-----Esteve presente o Sr. Marco da Costa Monteiro, residente na Tulha Velha e o Sr. David da Costa Gaspar, residente no Mezio. -----

-----O Sr. Marco Monteiro interveio referindo que o assunto tem a ver com as instalações da Foz Cabril, questionando o Senhor Presidente da Câmara relativamente às Instalações do Lodeiro, pois tem uma empresa de rafting e canoagem e pretendia fazer ali uma secção, de Ameixiosa a Foz Cabril. Questiona em que condições poderia utilizar as instalações, dado ser operador marítimo licenciado, o que lhe permitiria receber os clientes em melhores condições. -----

-----O Senhor David cumprimentou a todos. Interveio referindo o problema da valeta profunda na ligação da EN2 à estrada que liga o Bairro Sr.ª da Lapa com direção a Vale Abrigoso que, dada a profundidade da mesma, danifica os automóveis, não tendo mínimas condições de entrada e saída na EN2, pelo que aguarda explicação do Senhor Presidente sobre este assunto, tendo também já abordado o Senhor Presidente da União de Freguesias. Este problema já se arrasta há muitos anos, mas piorou com a passagem do saneamento e da nova rede de água, para o Bairro N.ª Senhora da Lapa, referindo que esta última não funciona e gostaria de saber o porquê. Disse que todas as obras referidas foram feitas no tempo em que a Sr.ª Eng.ª Eulália Teixeira, foi Vice-Presidente e Presidente



de Câmara, pelo que solicitava que agora, enquanto Presidente da Assembleia, pudesse ir ao local verificar. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente de Câmara**-----

-----Interveio cumprimentando todos os presentes. Questionou se o munícipe Marco Monteiro alguma vez teria contactado o município sobre este assunto, tendo o mesmo informado que não, solicitando que deixasse o seu contacto para se agendar reunião para o efeito. -----

-----Quanto ao problema referido pelo Senhor David, o problema entronca na Infraestruturas de Portugal, pois também considera que a valeta não tem as melhores condições, mas não é uma valeta municipal, não tendo sido, certamente, por falta de vontade dos sucessivos executivos, que o problema ainda persiste, referindo que irá fazer nova abordagem às Infraestruturas de Portugal e, posteriormente, informará.-----

----- **Leitura e apreciação do expediente.** -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou que se realizou o III Congresso da ANAM, na Covilhã, em que um dos temas abordado foi a descentralização e no qual esteve presente. Este Congresso registou a presença do Secretário Geral ajunto do PS - José Luís Carneiro, do representante do PSD – José Manuel Fernandes, Eurodeputado e da Ex-deputada Cecília Meireles e ainda da Senhora Presidente da CCDRC, Isabel Damasceno. Foi um congresso eletivo, salientando que o Município de Castro Daire integra a Direção deste órgão, referindo também ter trazido do Congresso, algumas publicações que estão à disposição dos membros desta Assembleia. Informou ter reencaminhado para todos os membros da Assembleia as comunicações de correio eletrónico recebidos pela Assembleia Municipal, relativamente a diversos assuntos. Apresentou uma Proposta de Recomendação da Mesa da Assembleia, referente ao momento que o mundo vive e que todos decerto acompanham a situação que se vive na Ucrânia, entregando cópia da Proposta a cada grupo parlamentar. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, sobre o assunto, informou que o executivo, com os serviços municipais, está a delinear iniciativas/medidas, nomeadamente a programação de um evento cultural solidário de angariação de bens, sendo que todas as medidas seriam bem vindas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta de Recomendação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Fernando da Rocha Felício
----- **Fernando da Rocha Felício** -----

-----Cumprimentou a mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e colegas. Relativamente à documentação enviada, solicitou que a ata fosse enviada com mais antecedência, referindo ainda prescindir da resposta à questão colocada ao Senhor Presidente na última sessão, dado já ter encontrado resposta. -----

-----**A Senhora Presidente** referiu que irão ser efetuados esforços para envio do referido documento com maior antecedência. -----

----- **Rui Manuel Pereira Braguês** -----

-----Interveio cumprimentando todos, solicitando esclarecimento sobre três projetos, as Piscinas Termais exteriores das Termas do Carvalhal, o projeto da Pombeira, referindo estes concretamente, por serem na área chave do Turismo da qual tem sido feita muita promoção, sendo o terceiro, as piscinas municipais descobertas, pois na altura em que era vereador foram pedidos dois pareceres, um à Universidade do Porto e o outro ao LNEC, referindo ter conhecimento de uma deliberação de executar a caução do empreiteiro, pelo que pede esclarecimentos. -----

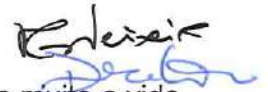
----- **José Almeida Gonçalves**-----

-----Interveio saudando a mesa. Refere interferir pela intervenção do elemento do público presente na sessão – Marco Monteiro, referindo que o mesmo fez formação na Eslovénia e também em Melgaço, reforçando que o que ele precisa é de um espaço dentro das Infraestruturas para guardar os barcos, evitando ter que os transportar sempre. Quanto à questão da Ucrânia julga que deveria haver uma moção de condenação da Rússia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** refere que a proposta de recomendação já contém a referência ao repúdio veemente deste conflito. -----

----- **Marco Aurélio Lyrio Andrade**-----

-----Usou da palavra, cumprimentando todos. Refere que como não esteve presente na última reunião, pretendia ainda deixar algumas notas. Sobre O PPI, felicita o executivo municipal na concretização de investimentos pelos quais já lutavam há vários anos, concretamente a Estrada de Cerdeiró, a Etar da Bacia de Courinha, a requalificação da conduta do Pereiro, no entanto no PPI gostava de lá ver concretizadas outras obras, como a ligação Granja/Canado/Malhada, a pavimentação e requalificação da ligação Vila Boa/Soutelo, a Instalação de dois parques infantis, um na aldeia da Granja e outra na aldeia de Codeçais e as infraestruturas da Quinta da Tapada. Quanto ao saneamento, no caso das pessoas não abrangidas pela rede de esgotos e que têm fossa séptica particular, estas têm muitos problemas quando as fossas estão cheias, pelo que sugere que



pudessem pagar uma taxa e que o serviço fosse realizado pelo município, pois facilitava muito a vida das pessoas. Sobre o drama humano, refere que a proposta não deve ser contra a Rússia, mas sim contra a liderança russa, pois a população russa merece todo o respeito. -----

-----Concluídas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que prestasse os devidos esclarecimentos. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente refere que as questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mões são legítimas e são também intenção do executivo, pelo que procurará ir ao encontro das ambições da população, salientando no entanto o corte de oitocentos e oitenta mil euros previsto no Orçamento de Estado para o concelho. Respondendo às questões colocadas pelo deputado municipal Rui Braguês, refere que no caso das piscinas exteriores nas Termas do Carvalhal, a candidatura está aprovada pelo Turismo de Portugal, feita com base num estudo prévio e está a conformar-se o projeto com as exigências das várias entidades, estando o respetivo licenciamento em fase de conclusão. Relativamente ao Pombeira Adventure Park, a implementação do projeto está em curso. No que toca às piscinas exteriores, trata-se de um problema sério e muito grave. Foi pedido á Faculdade do Porto que apontasse uma solução, tendo-lhe sido dado, verbalmente, um prazo para esse efeito. Estamos a falar de um investimento de cerca de oitocentos mil euros e, não chegando uma solução até ao final do dia de hoje, teremos que oficializar. Salientou que se a solução for deitar abaixo e construir de novo, o município não terá condições financeiras para tal. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. -----

----- **José Almeida Gonçalves** -----

-----Intervio questionando sobre três projetos. Sobre Terras da Transumância gostaria de saber se haverá condições para daqui a vinte anos o evento se realizar. Há cerca de trinta anos, os pequenos ruminantes passavam de tinta mil cabeças e agora poderão ser cinco ou seis mil e pertença de pessoas com mais de sessenta anos. Relativamente ao registo cadastral dos prédios, questiona se os técnicos irão munidos de GPS para localizar os terrenos ou será através de mapa, caso este em que irá haver sobreposições e será o descabro. É importante fazer o registo no local, com os donos dos terrenos a indicarem onde se localizam. Quanto ao Jardim municipal, refere que

Benfeito

gostos não se discutem, reconhece que está muito bem feito, o projeto foi muito bem realizado, mas poderiam eventualmente ter feito outra obra como por exemplo, um estacionamento subterrâneo. -----

----- **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente interveio, referindo no que respeita á Transumância, consideramos que a marca tem força e fomos desenvolvendo um conjunto de iniciativas em torno da mesma. Em dois mil e dezanove, trouxemos municípios, como Fundão, Seia e Gouveia, num seminário em Campo Benfeito, num evento intermunicipal e que pudesse resultar em mais valia. Já nesse ano tivemos workshops com alunos das escolas sobre como fazer queijo. Seria importante termos uma marca própria de queijo, por exemplo. A última Rota da Transumância não é apenas ver o rebanho a passar mas um conjunto de iniciativas para que possamos inverter a tendência. No que concerne ao BUPi, foi um projeto lançado pelo governo e teve alguns municípios piloto. Foi efetuada uma candidatura, via CIMVDL, estando nesse âmbito já uma equipa móvel no terreno e futuramente serão duas. Relativamente ao jardim, são efetivamente gostos. No entanto salienta que no dia anterior, ao circular no Jardim, reparou que muitas das pessoas que ali se encontravam não eram do concelho, portanto fazer com que as pessoas parem vai também dinamizar a economia local além do que, com a partilha nas redes sociais, Castro Daire será assinalado e a sua divulgação potenciada. -----

----- **José Almeida Gonçalves** -----

-----Usou da palavra, referindo reportar-se o assunto ao mandato em que a Senhora Presidente da Assembleia era Presidente de Câmara, altura em que os Municípios de Lamego, Cinfães e Castro Daire terão contratualizado com a UTAD a criação da marca Montemuro. Tiveram várias reuniões, realizaram um trabalho final, no qual colaborou, e que previa, por exemplo, um matadouro, uma queijaria, entre outros, pelo que gostaria de saber o ponto de situação desse projeto, pois viria a resolver grande parte da questão da criação de gado. -----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio, cumprimentando todos. Relativamente à intervenção do deputado municipal José Gonçalves, questiona se o mesmo, entre dois mil e nove e dois mil e dezassete, levantou essa questão, uma vez que referiu que os municípios terão reunido e pedido contributos para a revitalização destes territórios, acreditando que isso tenha culminado em alguma proposta objetiva. Refere ainda que, por exemplo, a ADRIMAG pudesse ter pedido às pessoas que apresentassem alguma ideia. A UTAD deverá ter em sua posse o relatório final e eventuais propostas. Neste ponto o deputado municipal Rui Braguês referiu não saber sequer do que se trata. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

Glória

-----Interveio, referindo não ter qualquer memória, de quando era vereador ter recebido qualquer documento nesse sentido. Alegria saber que se tenha recordado de tais iniciativas, pela pertinência do assunto, agradecendo que lhe possa fazer chegar esse documento, pois pelo que se verifica, durante oito anos, ninguém teve conhecimento desse assunto. -----

-----**José Almeida Gonçalves**-----

-----Interveio referindo que o documento não foi entregue na Câmara Municipal, mas sim à UTAD, pelo que quem terá esse documento será a UTAD. No entanto, vai verificar se tem cópia. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo. ---

-----Não votaram a ata os deputados municipais Rui Braguês, Fábio da Silva, Delfina Pereirinha, Cláudia Martinho, Marco Andrade, Avelino Rocha e Carlos Freitas, por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Ponto Três – Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

----- **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que o valor a transferir para as Freguesias se mantém, havendo apenas ajustes, por atualização de população, salientando que o corte de oitocentos e oitenta mil euros é condicionante pelo que, por uma questão de prudência, se mantêm os valores. -----

----- **José Almeida Gonçalves**-----

----- Interveio referindo não estar de acordo com a distribuição da verba, pois não concorda que a distribuição, que deveria ser pela área urbana de cada freguesia e não com a população. Salientou que, quando o atual Presidente de Câmara foi vereador, as Freguesias recebiam um valor mensal e outro para a limpeza das valetas. No mandato seguinte, o município criou equipas e essas verbas foram cortadas. -----

----- **Joaquim Mendes dos Santos** -----

Voluntário
----- Interveio, cumprimentando todos, a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores deputados municipais. Refere não ser contra as verbas distribuídas, pois uma freguesia quando não tem nada, contenta-se com pouco. No entanto não considera justo, pois há freguesias que têm outros rendimentos e S. Joaninho não tem, pelo que considera que isso poderia ser visto com mais atenção. -----

----- **António de Oliveira Giroto** -----

----- Usou da palavra, referindo nada o mover de carácter pessoal contra ninguém, pois este é um fórum político. No entanto, nunca viu o deputado municipal José Gonçalves, entre dois mil e nove e dois mil e treze, insurgir-se contra a arbitrariedade e falta de critérios e o corte que na altura foi feito nas transferências para as freguesias. -----

----- **Alexandre Paulo Simões Pereira** -----

----- Interveio, cumprimentando todos. Relativamente às transferências para as Freguesias, o que estamos aqui a votar é a continuidade dos acordos de execução compreendendo as preocupações aqui apresentadas pelos deputados municipais José Gonçalves e Joaquim Santos. O que refere o deputado municipal José Gonçalves, no mandato de dois mil e nove a dois mil e treze, as transferências foram cortadas em cem por cento, deixando de haver transferências, com a justificação de um relatório recebido da IGF em que supostamente, as mesmas eram ilegais e assim estiveram um mandato. Graças à persistência de todos os presidentes de Junta, sem exceção, foram celebrados os acordos de execução, mas nunca houve critérios para essas transferências. Concorde com o deputado Joaquim Santos, ou seja, que o município tenha atenção às Freguesias cujas receitas correntes não lhe permitem ter maior autonomia, mas para isso existem outras formas, que não os Acordos de execução: protocolos, obras por administração direta. Os Acordos de execução têm que ter critérios bem definidos, respeitando quem possa não concordar com os critérios definidos mas, pelo menos, sabemos que a distribuição é feita de forma clara e objetiva. Compreende que a Autarquia tem as suas limitações mas, por uma questão de proximidade de ação, entende que as Freguesias deveriam receber mais. -----

----- **José Almeida Gonçalves** -----

----- Usou novamente da palavra, referindo que, quanto aos cortes nas transferências para as Freguesias, a Freguesia de Cabril também foi visada e esteve na luta para que houvesse Acordos de Execução, salientando não ter sido "bem amado" pelo seu partido. -----

----- **António de Oliveira Giroto** -----

----- Interveio, referindo estar-se num fórum político, salientando a satisfação de ter ouvido o deputado municipal José Gonçalves referir não ter sido discriminado pelo executivo onde esteve. -----

Roberto
[Signature]

Salienta que critérios são critérios, sendo que o lamentável foi, entre dois mil e nove e dois mil e dezassete, não ter havido critérios.-----

----- **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio referindo que no mandato anterior repuseram os critérios existentes antes de 2009 (área – 50% e população – 50%), ajustando o peso de cada critério (área – 65% e população 35%), sendo que face ao valor global se aumentou vinte por cento. Salientou que após o referido corte das transferências para as Freguesias e porque os Presidentes de Junta se uniram, independentemente da cor política, já repuseram as transferências mas sem qualquer critério. Na verdade, Cabril talvez fosse até um dos beneficiados com essa falta de critérios. Não obstante, é intenção conseguir incrementar o valor das transferências para as Freguesias. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo. -----

Votou contra o deputado municipal José Almeida Gonçalves, efetuando a seguinte declaração de voto: “voto contra, primeiro porque não concorda com o critério e em segundo lugar, não fazia sentido há quatro anos atrás ter votado contra e agora votar em contrário”. -----

Ponto Quatro – Constituição, nos termos do disposto no número 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, na sua atual redação, do Júri para Concurso para Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia informa que este ponto decorre da Lei. O anterior dirigente reformou-se estando a encetar-se procedimento para recrutamento de dirigente. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo. ---

Ponto Cinco – Eleição de um membro da Assembleia de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores, representados na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Juventude, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo quarto da Lei número 8/2009, de dezoito de Fevereiro, na sua atual redação, observando o disposto no número dois, do artigo quarto do Regulamento Municipal do Conselho Municipal de Juventude de Castro Daire, aprovado em vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

-----A Coligação PSD-CDS designou Cláudia Martinho, o Partido Socialista designou Filipe Duarte e o Chega designou o deputado municipal Jorge Figueiredo. -----



Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, eleger para integrar o Conselho Municipal de Juventude, os seguintes membros: Cláudia Martinho eleita pela Coligação PSD/CDS; Filipe Duarte, eleito pelo Partido Socialista e Jorge Figueiredo, eleito pelo CHEGA. -----

Ponto Seis – Tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire referente ao ano dois mil e vinte e um, em cumprimento da alínea j), do número dois do artigo 18.º da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Lei 147/99, na sua atual redação. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** informa que o Relatório de Atividades da CPCJ está disponível para consulta. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----No uso da palavra realçou o trabalho da CPCJ, agradecendo a toda a equipa desta Comissão por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver, muito importante para a segurança de muitas crianças e jovens deste concelho. -----

-----**António de Oliveira Giroto** -----

Intervio referindo que esta Assembleia deveria ter uma palavra de reconhecimento a todas as pessoas que se dedicaram à CPCJ. -----

-----**Rui Manuel Pereira Braguês** -----

-----Intervio reforçando o que já foi dito em relação à CPCJ, na qual teve a honra de participar, concordando, na íntegra, com um reconhecimento. Não tendo o relatório dados confidenciais solicita que lhe possa ser enviado para melhor análise, pois julga que conterà apenas dados estatísticos. ----

-----**Marco Aurélio Lyrio Andrade** -----

-----Intervio referindo ser representante do Ministério da Educação na CPCJ de Castro Daire há sete anos. Relativamente a dois mil e vinte e um, devido ao COVID-19, as atividades tiveram que ser adiadas ou canceladas, mas os processos continuavam a ser acompanhados, salientando alguns dados estatísticos. -----

A Assembleia Municipal toma conhecimento. -----

Ponto Sete – Eleição do representante das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação, em cumprimento do disposto na alínea d) do número 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei número 20/2019, de 30 de janeiro na sua atual redação. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, eleger como representante das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação o elemento desta Assembleia Marco Aurélio Lyrio Andrade. -----


Ponto Oito – Alteração ao Decreto-Lei número 55/2020, de 12 de Agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social - Possibilidade de prorrogação do prazo para transferência das competências até um de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo para a transferência de competências no domínio da Ação Social, para os órgãos municipais, ao abrigo do Decreto-Lei número vinte e três barra dois mil e vinte e dois, de catorze de fevereiro. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.---

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-